

ANÁLISE DE UM PROCESSO NO ÂMBITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL



HERNANDES JUNIOR, José Renato Ferreira¹; LEAL, Daniel Marques¹; DA SILVA, Pierre Silva¹; DE SOUZA, Ruan Batista¹; MONTEIRO, Victor Lathamokya¹; ÁVILA, Francine Nunes²; RODRIGUES, Natália Centeno²; PERBONI, Viviane²; DE OLIVEIRA, Juliana Gonçalves²;

¹ Acadêmicos do Curso de Direito, 2019/1- Faculdade IDEAU - Bagé/RS.

² Docentes do Curso de Direito, 2019/1- Faculdade IDEAU - Bagé/RS.

Contato: j.renatofhj@gmail.com



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo visa à análise de um processo que tramitou na vara adjunta do Juizado Especial Cível da cidade de Estrela/RS, onde, o agente ativo ingressou com uma ação para propor indenização por dano material e dano moral contra o agente passivo. O requerente, trata-se de um médico que realizou a compra de um veículo do requerido, uma empresa que atua no ramo de venda de veículos automotores. Após a tradição do negócio, verificou-se que o veículo apresentava problemas mecânicos e hidráulicos, que por muitas vezes impossibilitou o requerente de realizar sua locomoção para o exercício de seu trabalho em uma cidade próxima. Devido ao descaso com o cliente e a inércia da empresa em tentar solucionar o problema, buscou-se o Juizado Especial Cível para solucionar o litígio.

OBJETIVOS

O objetivo geral visa analisar o processo no âmbito do Juizado Especial Cível, em seus aspectos constitucionais, civis e penais. E como objetivos específicos elencar os princípios constitucionais aplicados no processo, assim como os princípios do JEC; analisar a modalidade de obrigação e classificá-la; identificar e caracterizar a pessoa jurídica presente na relação processual; e discorrer sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica, analisando-a a luz da teoria do delito.

METODOLOGIA

O artigo foi elaborado através de um estudo de caso, com abordagem de pesquisa qualitativa, descritiva, por meio de uma análise de processo, bem como, pesquisas documentais e bibliográficas, através de artigos, bibliografias e leis diversas. Utilizou-se como base para pesquisa a Constituição Federal de 1988, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei 9.099 de 1995 que trata sobre os Juizados Especiais Cíveis.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Destacamos que o reclamante fez o uso de um direito fundamental, buscando através da defesa do consumidor uma prestação positiva do Estado na defesa da violação de seus direitos. A empresa presente em um dos polos da ação judicial trata-se de uma Sociedade Empresária Limitada, onde seus sócios possuem responsabilidade restrita aos valores de sua quotas, porém, todos respondendo de forma solidária pela integralização do capital social. No tocante ao aspecto civil, o processo gira em torno de uma obrigação de fazer, que surge de uma obrigação de dar coisa certa, pois, trata-se de uma compra e venda de bem móvel, que apresentou vícios, buscando a parte autora o ressarcimento pelos valores gastos, o que não foi acatado, restando apenas provido a indenização por dano moral. No que tange a responsabilização da pessoa jurídica, não verificou-se conduta penalmente relevante, não caracterizando crime, pois, não houve ofensa ao bem jurídico tutelado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito pode abranger diversos aspectos em um único fato comum em nosso cotidiano, e torna-se absolutamente necessário que o indivíduo tenha ciência de seus direitos e deveres, e que deve-se invocar a atuação do Estado para a defesa das garantias fundamentais, pois, o indivíduo está sob a tutela do Estado. A defesa do consumidor se faz presente a todo o momento, através do CDC, buscando um equilíbrio nas relações consumeristas para que não tenha prejudicados, em harmonia com o Código Civil, que estabelece o regramento lícito. Por fim, destaca-se a importância do Juizado Especial Cível, que busca a conciliação entre as partes e possui competência e legitimidade para processar e julgar as causas cíveis de menor complexidade com maior celeridade, eficiência e informalidade, visando desafogar o poder judiciário.